

Ata da 36ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em três de junho de 2014, com início às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Danny de Paula, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão; ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Projeto de Resolução nº 8/2014. Moção nº 5/2014. Parecer favorável nº 251 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 6/2014. Parecer favorável nº 252 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 7/2014. Requerimentos nº 138 à nº 141/2014. Indicações nº 487 à 509/2014. Ofício nº 284/2014 do Executivo Municipal, solicitando urgência na deliberação da Lei Complementar nº 4/2014. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Paulo Porto, Rui Capelão, Nei Haveroth, Gugu Bueno, Claudio Gaitero e João Paulo. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** - quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. **ORDEM DO DIA** - Presidente: Damos início neste momento a Ordem do Dia. O primeiro Projeto é o Projeto de Lei nº 20/2014 de autoria do vereador Sílvio Gonçalves subscrito pelo vereador Jorge Bocasanta. Aliás, vereador Sílvio Gonçalves que eu cumprimento por vir nos prestigiar nesta tarde; o 2º Suplente da Coligação PT, PRB, PL e PCdoB, que na ocasião estava como vereador e assinou o Projeto de Lei que irá, agora em 2ª deliberação, e que dispõe sobre autorização ao Município de Cascavel a realizar termo de compromisso com o Ministério da Saúde para adesão ao PROVAB, em discussão. (-Peço a palavra) Pois não, com a palavra o vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Senhor Presidente boa tarde, senhores vereadores, plateia, imprensa. Eu quero fazer algumas considerações sobre o Projeto de Lei nº 20. Nós tivemos na manhã de hoje, procurando saber detalhes sobre o Programa, o Presidente da Comissão: Claudio Gaitero e eu, na Secretaria de Saúde e então o Programa PROVAB, ele foi incorporado ao Mais Médico; então é um programa só. E o município de Cascavel aderiu a este Programa desde 2013. Tanto é assim que hoje, alias há um mês atrás

vieram aqui representando o SIM mais 4 médicos aqui na plenária, nesta Casa de Leis e hoje estão sendo admitidos mais 4 no Programa Mais Médico. Então, só para que a população e a plateia tenha conhecimento e consciência há um tempo atrás eu já usei esta palavra para dizer que o Programa Mais Médicos não contemplaria a cidade de Cascavel e de fato e de direito isto aconteceu em 2013, como a única exceção dos municípios brasileiros, com o IDEB acima da média e com a população que tem. Portanto, o município de Cascavel aderiu, é uma exceção, a única exceção passada pela Secretaria pelos profissionais da Secretaria de Saúde. Não precisa lei para fazer a adesão, para fazer convênio, o município tem a prerrogativa de fazer a adesão sem a necessidade de passar pela Câmara. E só para dizer a vocês que neste momento ou no dia de hoje melhor dizendo, o município está recebendo mais 4 profissionais: dois paranaense, uma gaúcha e um haitiano, que vem para o Programa Mais Médico daqui. Então, o município tem este convênio, aderiu ao Programa Mais Médico que é uma coisa só. Obrigado! (-Peço a palavra)- Presidente: Com a palavra o vereador Claudio Gaitero. – Vereador Claudio: Senhor Presidente, senhores vereadores, assistência, o vereador Luiz Frare praticamente já percorreu toda a situação e eu gostaria só de justificar o meu voto contrário a este Projeto de Lei, já por tudo isto que ele falou. E que neste Projeto de Lei nº20/2014, ele praticamente só tem um artigo, o artigo 1º: fica autorizado o município de Cascavel a celebrar termo de compromisso com o Ministério da Saúde. Então, conforme o vereador Luiz Frare já mencionou e segundo informações que nos repassaram, através de portarias do Ministério da Saúde hoje, pela manhã, na Secretaria de Saúde; o município de Cascavel já fez este convênio em 2013 e que não há necessidade de Projeto, de autorização para o município fazer estes convênios; sendo que já foi feito já pelo município de Cascavel, o devido convênio. Então só para justificar o meu voto contrário na data de hoje. Obrigado! (-Eu peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, plateia em geral. Na realidade é o seguinte: o governo federal instituiu pela falta de médicos, né, em lugares mais distantes o Mais Médico. O quê que é o Mais Médico? O Mais Médico são médicos formados no exterior, né, que de origem estrangeira ou brasileira, que vieram trabalhar no Brasil e não precisaram fazer a revalidação do seu diploma, ou seja, foi uma portaria do governo federal. Aquele médico brasileiro que se formou na Bolívia, e não conseguiu passar aqui e revalidar o seu diploma, daí entrou por uma nova lei né, que é a do Mais Médico que depois que veio, ele pode atender no Brasil. O PROVAB é um negócio um pouquinho diferente, Frare, que é o

médico o que? Aquele médico brasileiro que fez faculdade no Brasil e que pode trabalhar em qualquer canto no nosso país, que ele está apto a trabalhar. Só o quê que é? O governo então, para fazer com que esses médicos viessem para onde eles queriam, vamos dizer assim, ele deu este incentivo de R\$10.000,00, semelhante ao Mais Médico e eles vão ter em contrapartida, eles vão ter alguns benefícios para entrar nas residências. Tipo eu, quando fiz, me formei médico eu vim trabalhar em Santa Isabel do Oeste. Daí depois de um ano eu fui fazer residência lá em São Paulo. Então, se eu tivesse neste PROVAB, quando eu chegaria lá em São Paulo eu teria 10% a mais nas minhas notas, em relação a quem não fez nada; então é uma compensação vamos dizer assim, que eu não tive, né? Então, eu acho que é interessante, então aqui é um Projeto do Sílvio, mas eu sempre vejo assim além, eu sempre vejo além assim na realidade o que nós queremos? Nós queremos a parceria, tá entendendo? Se tem lei ou se não tem lei, isto aí é secundário; nós queremos a parceria, por quê? Toledo contratou 17 médicos pelo PROVAB, entendeu? Então, o meu ponto de vista assim, eu não vou menosprezar ninguém; mas são médicos o quê? Que estão dentro da Lei. A faculdade eles fizeram, o Conselho Regional de Medicina do Paraná, o Conselho Federal, eles consideram como médico. O do Mais Médicos que se formaram não em Cuba, vamos dizer os próprios brasileiros aqui. Eles se formaram na Bolívia, eles vão mais para a Bolívia, eles não são reconhecidos pelo Conselho até não fazerem a prova e passar. Pode quando o cara tira a OAB, ele se forma em Direito, mas se ele não conseguir a OAB ele não é advogado, ainda; então, é mais ou menos isto. Então a minha ideia assim junto com o Sílvio, né, é o quê que é? É pra quê? O governo de Cascavel faz estes convênios, isto aí. Então, ontem nós votamos que foi devolvido um dinheiro na FUNDETEC; agora nós perdemos o quê? Este convênio dos médicos e isto não custa nada para o município de Cascavel. O Mais Médico tem que dar moradia, alimentação e etc., este do PROVAB não. Ele dá se ele quiser, por que o quê que é? Eles já vem, já são dentro da lei, só vão ganhar a bolsa de R\$ 10.000,00, e daí se o município quiser dar a estrutura é de responsabilidade do município, se ele quiser. No Mais Médico ele tem obrigação; o cara que vem tem a casa assim e etc. Então, eu vejo assim que não tem nada, nada assim de motivo para votar contra. Talvez, se tivesse tido uma, um secretário, uma equipe igual teve Toledo, nós nem estávamos falando neste negócio, né; que Toledo já aderiu e tem 17 médicos. (-Me dá um aparte). Pode falar, Frare. – Vereador Luiz Frare: Não vamos comparar equipe da cidade de Toledo, com Cascavel e tal. Tem que comparar o quê que o governo federal, através do Decreto e da Resolução e das normas que baixou, deixou fora

Cascavel. Por quê? Porque o IDEB está acima da média brasileira. Por quê? Porque a população, ela está bem atendida pelo setor médico é por isto que ficou fora; não é por causa da Secretaria de Saúde. – Vereador Jorge Bocasanta: Mas eu te digo assim: Toledo tem IDEB se não me engano parecido, semelhante alias o IDEB. Então, é isto aí só, eu gostaria de pedir o voto favorável não assim para, será que vai ser útil esta lei? Não sei, mas pelo menos assim, a gente está autorizando, né, permitindo. (- Peço um aparte, vereador Bocasanta) Eu já te dou. Nós estamos pedindo pelo amor de Deus que faça este convênio, que vai trazer o bem para Cascavel, só isto! Pois não. – Vereador Paulo Porto: É rapidamente, só prá.. Bom dia, boa tarde a todos, vereadores, mesa diretora, funcionários. Há um desencontro de informações neste plenário! Entramos em contato com o Ministério da Saúde e Cascavel não aderiu ao Mais Médico na ocasião, por opção; não havia nenhum impedimento. Tanto que Curitiba tem um IDH mais alto do que o nosso e já tinha aderido ao Mais Médico. Houve uma opção política de não aderir, inexplicável e agora na última chamada aderiu. Só podemos felicitar. Mas, falar que Cascavel não aderiu porque era impossível legalmente há um desencontro de informações em relação à informação que nós temos diretamente do Ministério da Saúde. Muito obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Então, senhor Presidente vamos daqui pra frente aqui, quando saírem novos projetos do governo federal que o Frare sempre fala e eu também acho, o governo federal é quem tem o dinheiro e os outros só tem o pires na mão. Então, vamos ficar atento para que nós possamos pegar um pouco destas benesses do governo federal no repasse, destas migalhas, vamos dizer assim. Então, eu peço voto favorável ao Projeto do Sílvio, né, junto comigo, para que o governo está autorizado... (-Um aparte, vereador) Pois não! – Vereador Claudio: Só pra justificar aqui, onde tem uma portaria aqui que fala: o PROVAB 2013 - as inscrições de médicos para o PROVAB encerraram no dia 05 de fevereiro. A partir de agora, os profissionais deverão escolher o local onde desejam atuar, através do Programa Mais Médico. Só para justificar. Obrigado, vereador. – Vereador Jorge Bocasanta: Claudinho, eu quero também, que tem para dentistas e enfermeiros também; a gente só fala em médico, mas tem para estas duas especialidades também. Então, era só isto, apesar de que o Claudio leu aí, né; mas mesmo assim nós temos que fazer mais um esforcinho para que Cascavel não fique novamente de fora de um Programa tão bom para a população tão necessitada de Cascavel. Obrigado! – Presidente: Quero cumprimentar muito respeitosamente o vereador Milton Kultz de Catanduvás, do Solidariedade, que nos alegra com a presença; seja bem-vindo Milton, leve

o nosso carinho a cidade de Catanduvas. Senhores, em votação nominal o Projeto de Lei nº 20/2014 foi aprovado em 2ª votação, por 16 votos favoráveis e 04 contrários. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Foram contrários os vereadores: Claudio Gaitero, Danny de Paula, Luiz Frare e Romulo Quintino. Projeto de Lei nº 35/2014 de autoria do vereador Jaime Vasatta, que institui como Ernani Inocêncio de Medeiros, a atual rua A, localizada no lote 111-AB-4, da Gleba Cascavel, na macrozona de urbanização específica- URBE-1, e dá outras providências, em discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 35/2014, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado em 2ª votação o Projeto de Lei nº 35/2014. O Projeto de Lei nº 39/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal que, altera a Lei Municipal nº 6.310 de 23 de dezembro de 2013 – Lei Orçamentária Anual para 2014 – FUNDETEC – R\$ 165.264,63, em discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 39/2014 os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado em 2ª votação o Projeto de Lei nº 39/2014. Com a letra de médico, eu tento aqui interpretar para cumprimentar pelo menos Baiano, eu acho que é este o primeiro nome. Os demais aqui, vereador Jorge Bocasanta está difícil. Amigo do Jorge: o Baiano então, que está aí, amigo do Jorge os nossos cumprimentos e agradecimentos pela presença. Cadê o Baiano? Saiu! Então leve a ele lá os nossos cumprimentos, seja bem vindo sempre! Senhores, Projeto de Resolução nº 7/2014 de autoria dos vereadores: Gugu Bueno, João Paulo de Lima e Jaime Vasatta, que aprova o Relatório Final e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Requerimento nº 174/2013, destinada a apurar possíveis irregularidades nos serviços prestados nas UBS e nas UPAS do Município de Cascavel. Este Projeto de Resolução, quero, podemos estabelecer aqui, uma maneira específica para deliberar porque precisamos naturalmente de ouvir os vereadores que foram os que estiveram envolvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, os vereadores: Gugu Bueno, João Paulo e Jaime Vasatta gostaria então, de passar a palavra a eles, com um prazo razoável de 30 a 40 minutos, para que possam fazer os seus esclarecimentos e as suas explanações e, na sequência os vereadores caso queiram fazer também as suas considerações, para na sequência

deliberarmos. Então, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Gugu Bueno, o senhor coordena os trabalhos para apresentação dos trabalhos e aos colegas vereadores e, a comunidade aqui presente. – Vereador Gugu: Eu agradeço Presidente, de fato este é o momento de nós deliberarmos o relatório produzido por esta CPI, comigo na presidência, com o vereador João Paulo na relatoria e o vereador Jaime Vasatta como membro desta Comissão. Para criar um mecanismo e uma dinâmica melhor e evitar uma leitura de 500 páginas do relatório que, demandaria muito tempo. E como os senhores vereadores receberam o relatório de maneira antecipada ainda, na 5ª feira da semana passada; então eu vou pedir ao relator que ele leia algumas partes do relatório. Na verdade nós vamos fazer uma apresentação, vereador Paulo Ponto, dos principais pontos e recomendações encaminhadas pelo relatório final da CPI da Saúde. – Vereador João Paulo: Boa tarde, senhor Presidente, senhores vereadores, comunidade local que nos acompanha e também, a imprensa de uma forma geral. É relatório final: Consubstanciado nos fatos, provas e fundamentos adiante alinhavados, os nossos agradecimentos. A Deus por tudo que tem feito e pelo amor infinito. Faz-se necessário enaltecer as contribuições de cada membro da CPI da Saúde, reconhecendo o trabalho desenvolvido por cada integrante, mormente o Presidente da Comissão vereador Gugu Bueno pela condução democrática e compromissada. Registre-se também a conduta incansável no auxílio deste Relator do vereador Jaime Vasatta, membro desta Comissão. Aos assessores de gabinete dos vereadores integrantes da CPI. Destaque-se os valorosos serviços prestados pelos servidores: Kiara Capellari, Marcos Godói, Audieres Bledow, Jacir Pires Junior, Nilton Carlos Rodrigues, Cássia Ricardo, Thiago de Oliveira Ponte, Ronaldo Aparecido, Devaldir, Luiz Carlos e, também externamos os nossos protestos de apreço e enaltecemos os trabalhos prestados pela Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Cascavel, pelo Procurador Geral Dr. Pascoal Muzeli Neto e o Assessor Jurídico Dr. Anderson Clayton Fagundes dos Santos. Aos vereadores que participaram e prestaram apoio incondicional nas reuniões extraordinárias da CPI: Pedro Martendal de Araújo, Ganso Sem Limites, Dr. Jorge Bocasanta, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Paulo Porto e Jorge Menegatti. Aos vereadores subscritores do Requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. À Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cascavel por meio do Presidente Vereador Marcio Pacheco, a Diretoria Geral e Diretoria Legislativa, por meio dos Diretores Laurival de Paula Teixeira e Dr. Otto dos Reis Filho. A assessoria de imprensa da Câmara, e a imprensa municipal

de Cascavel, pela cobertura memorável dos trabalhos da CPI, que muito contribuíram para que a população recebesse a informação. Agradecemos ainda pela participação efetiva nas reuniões extraordinárias nas comunidades, o Sr. Volnei Milioransa Subprefeito de Rio do Salto, Sr. Clóvis Petrocelli Presidente do Conselho Comunitário, Sra. Cristiane de Abreu Coordenadora do CMEI, Sr. Orlando Candido Francisco Presidente do Conselho Local de Saúde, Sr. Luciano Biagi Presidente da Associação dos Fisioterapeutas de Cascavel, Sra. Maria do Carmo Coordenadora da Pastoral da Criança, Sr. Rodrigo Galvão Conselheiro municipal de Saúde, Dr. Dilson Fronza Médico da Unidade Saúde da Família São Francisco, Sra. Marines Silveira Schreiber Membro do Conselho de Saúde São Francisco e Sr. Jair Pereira Vice-presidente do Conselho Comunitário. Nosso reconhecimento pelo trabalho prestado pela Polícia Civil no apoio da investigação conduzida por esta CPI. Nossos agradecimentos a todos que colaboraram direta e indiretamente com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Aos Doutores Andre e Rodrigo Nicácio pelas sugestões apresentadas. Aos milhares de cascavelenses que contribuíram com ideias, informações, documentos e denúncias, revelando muitas vezes dor e o sofrimento em que vivem, e depositaram na CPI a esperança de conquistarem a saúde adequada. A todos o nosso muito obrigado. O voto do Relator e Conclusões. Inicialmente é necessário dizer que encerramos os trabalhos com a convicção do dever cumprido, podendo-se afirmar que a finalidade principal foi atingida, qual seja, a de apurar as irregularidades e apontar sugestões e recomendações para que ocorra uma melhora no sistema municipal de saúde. Observe-se que os trabalhos da CPI foram com base na apuração dos fatos e das denúncias, oitivas e reuniões com a população do Município de Cascavel. Não obstante, o presente relatório se sustenta nos princípios constitucionais da moralidade, legalidade, impessoalidade e proporcionalidade, atendendo os requisitos fundamentais inerentes a sua efetividade quais sejam a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto. Observe-se que a sociedade e a própria mídia tem cobrado dos integrantes da CPI, um êxito no resultado para que se tenha uma melhora significativa no sistema público de saúde Municipal. Diante disso, faz-se necessário dizer que a CPI pode colher depoimentos, ouvir testemunhas, requisitar documentos, levantar meios de prova legalmente admitidos e realizar sem, contudo, poder atribuir poderes ilimitados. Além de fiscalizar, o objetivo principal da CPI é, com a conclusão de seu trabalho, apontar soluções e propor modificações administrativas. Eventuais recomendações deverão ser encaminhadas para o Poder Executivo para a implementação das sugestões proferidas por esta CPI. Em

igual sentido irregularidades que impliquem em responsabilização do agente público deverão ser remetidas ao Ministério Público para as providências legais cabíveis. Portanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem limites e deve respeitá-los, sob pena, de ser declarada nula. Por fim, pode-se afirmar que as limitações da CPI, consistem basicamente em: a) A CPI não tem função punitiva, mas sim, meramente investigativa; b) A CPI não tem caráter judiciário – A CPI não forma culpa nem pode proferir julgamento entorno de qualquer irregularidade mesmo aquelas supostamente criminosas, possuindo por fim, as mesmas limitações impostas à Câmara que a originou. Destarte, e somente por amor ao debate, o critério a ser adotado na avaliação dos trabalhos de uma CPI, devem ser pautados sempre na exequibilidade da instrução dos cadernos processuais e no empenho dos integrantes em analisar todas as demandas que a população trouxe ao conhecimento por meio dos canais disponibilizados. Então agora, neste momento, nós apresentaremos então.

– Vereador Gugu: Estas são. O relatório, senhores vereadores, ele foi separado de maneira muito clara em 3 pontos. Primeiro: a questão das condutas que trouxeram prejuízo ao patrimônio público. Estas condutas ilegais foram conduzidas, foram encaminhadas ao Ministério Público; mas o ponto principal do relatório é apontar alguns pontos problemáticos da Saúde Pública de Cascavel e encaminhar as possíveis soluções tiradas como base todas oitivas, enfim de todas as investigações que foram feitas. Estas recomendações foram feitas para a Câmara Municipal, Prefeitura Municipal e Governo do Estado do Paraná. É o que a gente passa a apresentar agora, que são as conclusões e os encaminhamentos da CPI.

– Vereador João Paulo: Resumo geral dos trabalhos da CPI. 37 Oitivas, 12 Reuniões Itinerantes, 23 Reuniões Ordinárias, 01 Reunião Extraordinária, 27 volumes com aproximadamente 5.400 páginas, 494 páginas de relatório final, 06 encaminhamentos ao Ministério Público e 07 encaminhamentos para processos administrativos. Resumo geral dos trabalhos da CPI, foram então: 1051 denúncias recebidas. Está o gráfico ali apontando, né, então...

– Vereador Gugu: Das reclamações que nós recebemos 29% davam conta da falta de médico; 18% de mau atendimento; 49% de demora de atendimento nas UPA's e 3,2% davam respeito à reclamação da falta de estrutura nos locais de atendimento. É este o que está representado no gráfico que (daqui não dá para ver direito) Pode continuar vereador.

– Vereador João Paulo: Recomendações à Câmara Municipal – Criação da frente parlamentar de fiscalização permanente da saúde com a elaboração da Lei Geral da Saúde de Cascavel.

– Vereador Gugu: Senhores vereadores, é muito importante que esta Casa criasse esta Frente

Parlamentar, porque a CPI com os seus poderes está terminando no dia de hoje. E seria muito, na verdade seria fundamental, que nós conseguíssemos dar efetividade a cada um destes pontos elencados pelo relatório. E em conversas e parcerias que mantivemos com a Promotoria Pública, na pessoa do Promotor Dr. Angelo, ficou estabelecido esta necessidade de continuar este trabalho pós-CPI e, esta Frente Parlamentar teria uma função muito específica que é garantir a efetividade destes pontos elencados pela CPI, cobrando das autoridades responsáveis e também, elaborando na sequência esta Lei Geral da Saúde de Cascavel. Por isto, seria muito importante e nós vamos propor a criação desta Frente Parlamentar. – Vereador João Paulo: Recomendações ao Poder Executivo Municipal – Realização de uma Campanha Publicitária e Educativa demonstrando a população como utilizar adequadamente o Sistema de Saúde Pública. O Dr. Bocasanta sabe muito bem disto, isto é um problema que nós nos deparamos nos trabalhos da CPI; que de fato a nossa população não tem conhecimento de como usar o Sistema de Saúde Pública. Então, muitas vezes ele não sabe quando ele tem que ir a uma UBS, numa UPA, quando tem que chamar o SAMU, o SIAT e isto acaba ocasionando uma série de problemas no Sistema de Saúde Pública. E isto só se melhora esta situação com uma campanha educativa por parte do Poder Executivo, investindo recurso até numa campanha pelos meios de televisão e rádio; explicando para a população como utilizar o Sistema da Saúde Pública. – Vereador João Paulo: Treinamento Permanente de Servidores. – Vereador Gugu: isto é uma necessidade, conforme o número de reclamações que temos recebido da população. Muita falha no atendimento e, isto não é culpa dos funcionários; é culpa da Secretaria que não tem conseguido dar um padrão a este atendimento por parte dos funcionários. Então, é necessário que o município crie um sistema de treinamento permanente para os funcionários da Secretaria de Saúde. - Vereador João Paulo: Criação de um Programa de Gestão por Resultado. – Vereador Gugu: Esta é uma situação que tem funcionado muito bem em outros municípios. Esta gestão por resultados ela na verdade, ela visa premiar o bom funcionamento da Secretaria de Saúde. Nós sabemos da natureza peculiar do servidor que trabalha com a saúde, ele sempre trabalha sob uma carga emocional, vereador Pedro Martendal, muito grande; porque ele está trabalhando com a vida, com enfermos e seria importante que a gente buscasse um mecanismo de recompensar o bom funcionário. Então, você estabelecendo uma gestão por resultado, que nós pudéssemos estabelecer metas, por exemplo de atendimento na UBS; metas de atendimento, qualidade no atendimento; eu acho que com certeza

em vias de como funciona o PMAQ, vereador Bocasanta, do governo federal. Eu tenho certeza que o município de Cascavel vai conseguir dar um salto muito importante na qualidade do atendimento, por parte dos funcionários com um Programa de Gestão por Resultados. – Vereador João Paulo: Aperfeiçoamento de um Programa de Medicina do Trabalho para evitar a concessão de atestados médicos desnecessários. – Vereador Gugu: Nós temos quem teve a oportunidade de ver o relatório, nós fizemos ali uma tabela só explicativa. De fato esta é uma questão que nos deparamos e nos preocupa muito. Há sem dúvida nenhuma, um número excessivo de atestados médicos por parte da Secretaria, cerca de 10% , vereador Nei Haveroth, estão utilizando atestado médico. Nós não temos condições de colocar em dúvida a necessidade ou não, do atestado médico; mas estes números nos dão a certeza de que é importante o município buscar um aperfeiçoamento, uma política de Medicina do Trabalho para que este número excessivo de atestados médicos sejam evitados, porque isto causa um transtorno muito grande na rede pública. - Vereador João Paulo: Maior Fiscalização no Controle Biométrico de Jornada de Trabalho. – Vereador Gugu: Este caso é um caso seríssimo; hoje o controle biométrico é algo muito moderno, né? O funcionário vai lá, coloca o dedão dele e não tem como ninguém colocar o dedão para ele; a não ser que seja um dedo de silicone como em alguns lugares do Brasil. Mas, o objetivo do controle biométrico é justamente você ter a inviolabilidade deste controle, né? E do jeito que está hoje, nós temos números excessivos de edições que dão conta por exemplo, que num mês tivemos quase 30 edições por parte de um servidor. Então, obviamente que desta maneira o objetivo fica prejudicado, do controle biométrico. Então nós estamos sugerindo o seguinte: se houver 3 edições que seja notificado o servidor e o coordenador da UBS que é quem assina a edição; e no caso de 5 edições, vereador Pedro Martendal, seja instaurado um processo administrativo automático para que a gente evite casos como nós nos deparamos durante os trabalhos da CPI. Este controle biométrico tem que ser eficiente em 100%. – Vereador João Paulo: Informatização Municipal de Saúde. – Vereador Gugu: É evidente a necessidade, e é incompreensível que a gente ainda não tenha uma rede 100% informatizada na saúde de Cascavel. Isto facilitaria em muito por exemplo, se nós tivéssemos os prontuários eletrônicos e, juntamente com a informatização você poderia ter a possibilidade de mudar a forma de agendamento, estabelecendo o agendamento por telefone, o agendamento eletrônico. Então é uma necessidade, Cascavel está defasado neste ponto e temos que cobrar que o município providencie urgentemente a informatização de todo o sistema. –

Vereador João Paulo: Então já foi relatado, a mudança na forma do agendamento de consulta. – Vereador Gugu: Só para comentar, vereador João Paulo, todos nós sabemos a triste realidade em Cascavel, das pessoas irem à madrugada buscarem uma ficha para atender. É inconcebível o município investe 100 milhões em saúde. Durante os trabalhos da CPI nós já conseguimos avançar que foi pelo menos permitir, vereador Romulo Quintino, que a população tenha possibilidade de esperar na madrugada dentro das Unidades de Saúde; até então, a pessoa ficava na chuva, no frio, pra fora da unidade e não tinha possibilidade de entrar. Hoje não, com a CPI as pessoas estão esperando na madrugada pelo menos com um pouco mais de conforto; mas não é o suficiente. O suficiente é acabar com esta fila da madrugada; então nós depois de ouvir os gestores, Conselho de Saúde, pacientes, usuários, médicos, nós estamos propondo um modelo diferente. Primeiro, que este agendamento comece a ser feito apenas a partir das 13:00 horas. E principalmente, que a gente tenha um agendamento aberto, controlado, ou seja, que você tenha a possibilidade de buscar uma consulta pra um dia, pra dali a dois, três dias. Hoje esta fila da madrugada acontece porque a pessoa tem disponível por exemplo apenas 15 fichas, ou ela pega aquelas 15 fichas ou ela não vai ser atendida; então isto faz esta disputa quase no tapa por uma ficha. Se a pessoa buscar a UBS, sendo que a UBS não tem a obrigação de ter um atendimento de urgência e emergência e puder marcar uma consulta para 4ª feira da semana que vem, como é na rede privada, todos nós sabemos disto; tenho certeza que esta necessidade de fila por uma ficha vai acabar; então esperamos que o município atenda este pedido e mude este sistema de agendamento. – Vereador João Paulo: Aumento das Equipes de Saúde da Família. – Vereador Gugu: É saúde da família tem tudo a ver com medicina preventiva e Cascavel está defasado neste ponto é necessário que amplie esta questão da Saúde da Família. Importante aqui registrar, que até muito pouco tempo atrás Cascavel só tinha 11 equipes de Saúde da Família e hoje tem 22 equipes de Saúde da Família. Mas, nós chegamos à conclusão que é necessário no mínimo 60, mas também sabemos da limitação financeira do financiamento em saúde; por isto é que estamos solicitando que o município estabeleça ainda no ano de 2014 mais 10 unidades de Saúde da Família. No ano de 2015 mais 15 e, no ano de 2016 mais 20 equipes de Saúde da Família e, tenho certeza que isto vai melhorar muito a questão da saúde pública. – Vereador João Paulo: Aquisição de Móveis para as UPA's. É esta aquisições de móveis para as UPA's, todos bem, todos que acompanham e todos que visitaram já as UPA's de Cascavel há alguns problemas em alguns móveis, em alguns instrumentos

de trabalho, então nós estamos pedindo aquisição de mais móveis. Até mesmo aos acompanhantes, porque as UPA's ficaram para que até 48 horas que as pessoas se posicionassem lá e fossem transferidas para algum leito; só que a devida demanda não estão saindo estas pessoas nestas 48 horas e o acompanhante acaba ficando além deste limite. E também, é desnecessário dizer aqui, mas é falar da situação que fica o acompanhante. Ele fica sentado numa cadeira, não tem como se posicionar de uma forma melhor, assim tendo outras complicações. Então neste sentido, nós estamos pedindo também, a aquisição destes móveis; a exemplo da UPA do Veneza já as cadeiras são todas reclináveis e o acompanhante também, tem mais conforto. – A Elaboração de Um Projeto Técnico Local de Segurança nas UPA's. Esta elaboração nós estamos pedindo porque a maior segurança nas UPA's, inclusive a pedido do próprio Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, aqui do nosso município, devido a questão principalmente nas noites; aí está acontecendo funcionários estão sendo agredidos nas UPA's, inclusive nós tivemos um caso domingo, que houve uma assistente social que acabou dizendo que o familiar não poderia entrar com aquele alimento dentro da UPA e o familiar acabou jogando este alimento nela. Então, na verdade nós precisamos da parte de segurança, temos que dar a segurança às pessoas que utilizam as UPA's, mas também temos que dar o atendimento aos funcionários, ou seja, aos colaboradores do Município para que tenham também, este entendimento. Então, neste sentido nós estamos pedindo câmeras de monitoramento, estamos solicitando também, a aquisição de segurança armada nas UPA's, principalmente na parte da noite. E também, estamos solicitando uma forma que estes funcionários possam estar também, protegidos e isto vem elencada inclusive, em oitivas que médicos, servidores nos pediram este benefício e nós estamos recomendando ao Executivo Municipal. Recomendações: Necessidades Emergenciais nas Unidades de Saúde. – Vereador Gugu: Esta questão como vocês puderam acompanhar nós estivemos fazendo reuniões em praticamente todos os bairros da região do nosso município, inclusive no interior; e tiramos de todas estas visitas às questões mais emergenciais. Evidente que existe uma lista muito maior de necessidades, mas está no relatório na página 330, todas as unidades que nós estamos pedindo, a construção de uma nova, reformas, enfim, está na página 330 do relatório que vocês puderam acompanhar. – Vereador João Paulo: Então só para ressaltar, vereador nós temos também, está incluído no relatório só para, vale lembrar que, tem outras unidades que estão com problemas; mas esta que foi inclusive, vindo à notícia através da imprensa, através da CPI e ao próprio

acompanhamento do Secretário a Unidade de Saúde do bairro Floresta. – Vereador Gugu: Só para registrar, na verdade já tinha passado do ponto ali, a CPI está pedindo a interdição da UBS do bairro Floresta. É o caso mais grave e que o município providencie um novo local, porque de fato aquele local é inadmissível, não tem mais condições de funcionar uma unidade de saúde naquele local. – Vereador João Paulo: CISOP. O município investe cerca de 4 milhões de reais por ano. – Vereador Gugu: O caso do CISOP, senhores vereadores, é um caso muito sério. O fato é o município investe um valor considerável no CISOP, cerca de 4 milhões ao ano e nós não estamos conseguindo atender a nossa demanda. Nós temos hoje 35.000 consultas, vereador Walmir Severgnini, 35.000 consultas com especialistas represadas, ou seja, são 35.000 consultas que estão na fila de espera. Então, isto é um caso concreto e claro de que do modelo que está hoje, o CISOP não está funcionando. O CISOP tem um orçamento de R\$ 515.000,00 que é das mensalidades dos municípios, aonde o município de Cascavel participa com 56% desta mensalidade e além desta verba, tem mais uma verba chamada do Convênio SUS, que é algo entorno de R\$ 215.000,00 que o CISOP vem. Nós tivemos denúncia e informações que pelo menos durante 3 meses, vereador Bocasanta, o CISOP não conseguiu nem gastar esta verba SUS; quando nestes 3 meses ele deixou de gastar algo entorno de R\$ 60.000,00; o que seria muito grave, porque esta verba SUS ela é repassada ao Consórcio conforme a demanda; então se você não utiliza no próximo repasse esta verba vem a menor. Então, é algo muito grave, nós fizemos vários, dois ofícios para o CISOP e o CISOP não nos respondeu sobre esta questão; encaminharemos ao Ministério Público porque o município de Cascavel obviamente é altamente interessado em tudo o que acontece com o CISOP, até porque como falei temos 35.000 consultas com especialistas na fila de espera. Estamos pedindo em relação ao CISOP que o município faça uma auditoria externa nas contas do CISOP; que o município rediscuta este contrato com o CISOP e se for o caso que faça rescisão deste contrato e estabeleça um Centro Especializado próprio, para ter os procedimentos próprios por parte do município de Cascavel. – Vereador João Paulo: Encaminhamentos para Abertura de Processos Administrativos: Servidor Engenheiro Sílvio Tadeu de Carvalho Torres, Dr. Rodrigo Frota, Dra. Juciara de Oliveira, Dra. Mônica Regina Moreira, Dra. Regina Helena de Oliveira de Carvalho, servidora Estela Patriota, Roseli Dietrich - Vereador Gugu: (Volta ali, vereador, que isto aí é muito importante). Estes são os encaminhamentos ao Executivo para que ele abra este processo administrativo, porque nós em alguns casos pelo menos, verificamos alguns indícios de que estes servidores

faltaram com a suas obrigações funcionais. O engenheiro Sílvio, era o engenheiro responsável da Prefeitura de fiscalizar e receber aquela obra da UPA do Veneza, como nós vamos ver a frente uma obra que foi entregue com muitos problemas. O Dr. Rodrigo Frota é aquele médico que foi flagrado pela CPI dormindo na UPA enquanto tinham pessoas esperando. O Dr. Rodrigo Frota veio a esta Comissão e justificou de que estava com dor de cabeça, por isto é que estava dormindo. Obviamente que quem está com dor de cabeça não tem condições de trabalhar, deve ir para casa e comunicar ao seu superior e não ficar dormindo no local de trabalho; por isto é que nós precisamos e pedimos a abertura de processo administrativo. A Dra. Juciara é o caso da médica que estava com atestado médico ela é funcionária de 3 horas do município de Cascavel e ela pegou um atestado médico para licença de tratamento de saúde de 1 hora e meia. O horário dela era das 7 e meia às 10 e meia no município e ela trabalhava das 7 e meia às 9; e das 9 em tese, ela iria para o tratamento de saúde, ocorre que ela foi flagrada com gravações e tudo da CPI de que ela saía da UBS às 9 horas ia para uma clínica de fisioterapia; fazia entorno de 20 a 30 minutos de fisioterapia e às 10 horas; todos os dias às 10 horas ela já estava atendendo na sua clínica particular; sendo que na UBS ela teria que atender pelo menos até às 10 e meia. Então, um caso fragrante; obviamente que eu acho que inclusive o nosso encaminhamento aqui, como servidora do município apenas 3 horas ela podia fazer este tratamento de saúde num outro horário, mas que, em tese, que usasse este horário de serviço público; mas que não poderia começar no horário que ela deveria estar tratando a sua saúde ela estava atendendo na sua clínica particular e não na UBS. O caso da Dra. Mônica é aquele caso da doutora que foi, que estava de licença há meses do município de Cascavel e foi flagrada pelo município de Cascavel trabalhando lá em Lindoeste. Ela esteve nesta comissão disse que foi trabalhar apenas uma vez e acompanhada de um médico. Conforme o livro de atendimento lá do Hospital de Lindoeste que a CPI teve acesso, demonstrou que, ela atendeu mais do que um dia; foram alguns dias que ela no mínimo atendeu no Hospital. E que ela mesma fez o atendimento dos pacientes e não acompanhada por um médico como ela disse nesta Casa. Por isto estamos pedindo a abertura de processo administrativo. Servidora Estela Patriota é uma assistente social que estava de licença para tratamento de saúde no município e, neste mesmo tempo ela estava lecionando e sendo Coordenadora de um curso de uma Faculdade aqui, no município de Cascavel. Evidentemente que não é uma conduta compatível com um bom servidor público. E a senhora Roseli Dietrich, era Coordenadora da UBS da Faculdade, que tinha a função

principal de coordenar e fiscalizar os serviços que aconteciam lá na UBS; e obviamente ela esteve nesta Casa e disse que não sabia que, não tinha conhecimento que o Dr. Jetson tinha a conduta que tinha. Obviamente, que não cumpriu com a função de uma Coordenadora, por isto que estamos pedindo o processo administrativo. (Volta ali, vereador, desculpe). O Presidente alertou que estava faltando comentário sobre a Dra. Regina Helena Oliveira de Carvalho. Esta Dra. Regina Helena ela tinha, demonstrou uma flexibilização que nós não concordamos em absoluto. Não ficou comprovado que ela fez compensação deste horário que ela tinha esta flexibilização. Temos reclamação inclusive, por parte daquela Coordenação da UBS do São Cristovão; por isto é que estamos pedindo abertura do processo administrativo. – Vereador João Paulo: Encaminhamentos ao Governador do Estado das Mortes nas UPA's e da Falta de Leitos. 2012 cem óbitos; 2013 cento e sessenta e cinco óbitos e 2014 no 1º trimestre houve um aumento de 82% de mortes; isto em comparado ao mesmo período de 2013, levando a projeção para o ano de 2014 que aproximadamente duzentos e cinquenta mortes, ocorrerão. – Vereador Gugu: Esta questão da UPA vocês todos acompanharam a nossa luta. É um fato que realmente nos alertou e, deixou todos espantados um aumento de 150% de mortes, em apenas dois anos. É evidentemente que algo está errado. Nós estamos encaminhando ao governo do Estado do Paraná para que ele tenha este conhecimento desta mortandade nas UPA's de Cascavel. Já invadindo aqui a questão da 10ª Regional, é evidente que estas mortes têm motivo; é a falta de leito hospitalar porque a UPA não é lugar para ninguém ficar internado; muito embora a 10ª Regional tente nos convencer de que as pessoas em média ficam apenas dois dias internadas nas UPA's. Nós temos no relatório, relação por exemplo de óbitos que ocorreram nas UPA's e que demonstram que pessoas vieram a óbito depois de 13 dias internadas na UPA; 13 dias internadas na UPA e a pessoa veio a falecer. Então, evidentemente que para esta pessoa faltou leito hospitalar; então são números, dados, que estão presentes no relatório e que serão encaminhados ao governador do Estado do Paraná. Esta é uma relação, nós temos toda a relação completa, mas esta é uma relação, um exemplo, das pessoas que vieram a óbito na UPA esperando leito hospitalar. Então, 5, 9,7, 6, 7, 5 dias é uma média das pessoas que perderam a sua vida internadas nas UPA's, esperando um vaga no leito hospitalar, e o Dr. Bocasanta sabe muito bem disto. UPA não é e nem nunca vai ser um hospital, então não adianta querer nos convencer que a UPA é igual a um hospital, porque não é. Falta de Comunicação entre a Central de Leitos da 10ª Regional de Saúde e a Central de Leitos do

Estado. Só para citar um exemplo de como isto acontece, numa das diligências, vereador Romulo Quintino, vossa excelência que está acompanhando tão atentamente os trabalhos desta CPI. Nós tivemos uma diligência em conjunto com o Deputado Paranhos na UPA e lá, tinha um cidadão declarado de vaga zero. Vaga zero é risco iminente de perder a vida é risco iminente da morte e a 10ª Regional nos afirma que se declarado vaga zero, na hora a pessoa é transferida para um leito hospitalar. Todos vocês já devem ter acompanhado casos na prática de que isto não acontece. Este senhor que está relatado no relatório, está relatado aqui nos autos, ele já estava há dias na UPA internado. Já estava internado e estava há dias declarado como vaga zero e não estava internado numa UTI. Nós ligamos na Central de Leitos da 10ª Regional, a 10ª Regional realmente confirmou que ele estava declarado vaga zero; mas eles não estavam achando leito aqui em Cascavel só que o caso grave é que foi ligado na Central de Leitos do Estado. O Deputado Paranhos ligou e lá na Central de Leitos do Estado foi afirmado que não tinha ninguém procurando leito para este cidadão, porque não tinha sido comunicado. Isto é muito grave, porque se não tinha leitos para este cidadão aqui em Cascavel, tinha que se procurar leito em Pato Branco, Beltrão, Curitiba, porque é caso de UTI, caso gravíssimo. Então é uma demonstração de que falta esta comunicação, entre a Central de Leitos da 10ª Regional e a Central de Leitos do Estado. Estamos provando que a 10ª Regional, tem disponibilizado em média 300 AIH a menos por mês aos cascavelenses. A 10ª Regional tentou nos convencer de que estava repassando número a mais de AIH para o município de Cascavel. O Ministério da Saúde repassa para o governo do Estado o valor para AIH em média, uma proporção de 7,5% da população de cada município. A 10ª Regional quis nos convencer de que estava repassando a mais. Nós estamos provando com informações, dados e números de que pelo menos nos meses de maio, junho, julho do ano passado, a 10ª Regional deixou de repassar para os munícipes de Cascavel, para os cascavelenses algo entorno de 300 AIH a menos naqueles meses. Então, obviamente que isto é inadmissível e estamos cobrando a 10ª Regional, neste sentido. E por fim estamos exigindo do governo do Estado a disponibilização de mais leitos, se necessário for que contrate leitos particulares, se não tiver leitos SUS e que obviamente seja repassado o número de AIH que o município de Cascavel tem por direito. Fila de Espera por Uma Cirurgia – É, nós tínhamos no começo dos trabalhos da Comissão uma informação que, dava conta de que tínhamos 5.000 pessoas esperando por uma cirurgia em Cascavel, que era um número absoluto e absurdo. Mas, na verdade nos deparamos com um

quadro ainda pior, são 8.845 pessoas e hoje, já deve estar na casa de 9.000 pessoas que isto era semana passada, esperando uma cirurgia em Cascavel; 8.845 pessoas sendo caso de cirurgias que estão na fila há mais de 10 anos. Algo desumano, algo absurdo, e obviamente que os responsáveis têm que tomar uma atitude para que este quadro diminua; por isto é que estamos exigindo do governo do Estado, que ele providencie uma campanha emergencial de cirurgias, como já foi feito há alguns anos atrás, para que a gente possa diminuir esta lista pelo menos em número aceitável. Mas, estas 8.000 pessoas que estão esperando uma cirurgia é simplesmente inadmissível. Estamos então, encaminhando ao governo do Estado ainda, (pode voltar ali, vereador) a realização da campanha de cirurgia. Transparência na lista de espera, que esta é uma dificuldade que nós temos uma dificuldade muito grande de saber quem está esperando uma cirurgia ou um leito hospitalar em Cascavel. E também, a informatização total da Central de Leitos, o Dr. Bocasanta sabe muito bem do que eu estou falando. É importante que a gente tenha a informatização, porque você tem uma fiscalização permanente da ocupação destes leitos, para que a gente tenha certeza de que não esteja ocorrendo em Cascavel os chamados leitos ocultos; então isto só vai ser corrigido com a informatização da central de leitos. – Vereador João Paulo; Encaminhamento ainda, ao Governo do Estado do Hospital Universitário: Abertura de Mais Leitos, Realização de Concurso para Contratação de Mais Funcionários, Aperfeiçoamento do Programa de Medicina do Trabalho para Evitar Atestados Médicos Excessivos. – Vereador Gugu: Só, só para comentar, vereador! Obviamente que esta CPI não tinha competência para investigar o HU, até porque é um órgão do Estado. Mas, nós tivemos a oportunidade de fazer algumas diligências naquele hospital e nos deparamos com algumas situações, que pelo menos tem indícios de irregularidades e estamos pedindo a direção, a reitoria da UNIOESTE. Importante registrar que o Professor Cascá esteve conversando com a CPI, assumiu compromisso e pediu que nós levantássemos estes problemas, junto o vereador Bocasanta estava junto naquela reunião; para que ele providenciasse medidas para mudar esta situação. Então, estamos pedindo em relação ao HU: abertura de mais leitos, realização de concurso para contratação de mais funcionários, só para vocês terem uma ideia, Paulo Porto, numa diligência que lá fizemos, na equipe de enfermagem do Pronto Socorro, onde era para ter 11 funcionários tinha apenas 04 trabalhando em turnos seguidos. Obviamente que isto causa um stress emocional muito grande a qualquer funcionário. E um aperfeiçoamento no Programa de Medicina do Trabalho para evitar atestados médicos excessivos; algo

semelhante com o que acontece em Cascavel. Vereador Menegatti, na Sexta Feira Santa tivemos a informação que lá no HU, nós tivemos 196 atestados médicos na Sexta Feira Santa. Uma loucura! Evidente que nós não temos como entrar no mérito de cada um destes atestados, mas demonstra que é necessária aperfeiçoar este sistema para evitar este tipo de abuso. Plantão a Distância, vereador Bocasanta, este é um ponto que vossa excelência tem um carinho especial. O HU gastou senhores, nos meses de março à agosto de 2013, quase 1 milhão e meio, 1 milhão e meio com plantões à distância. O que é que é o plantão à distância? O plantão a distância é aquele médico que fica de sobreaviso, para numa emergência quando chamado vir a atender no hospital. Na prática seria muito bonito, ele teria 15, 20 minutos para se deslocar até o hospital, na teoria fica muito bonito. Na prática acontece que ele demora até 3 dias, até deslocar da Clínica particular para ir atender lá no HU. Então, obviamente que este é um caso claro de desperdício, ao meu ver, do dinheiro público que estamos pedindo que o HU, mude esta sistemática. (Pode seguir, vereador). Nós destacamos, temos todos os dados, com todas as especialidades, mas nós destacamos em especial 3 especialidades que demonstram o excessivo valor pago com estes plantões a distância. (Só que eu não estou enxergando, aqui. Deixa eu achar aqui, senhor Presidente.) É, por exemplo, nós separamos aqui, cirurgia pediátrica que o HU gastou em 6 meses R\$ 111.000,00, vereador Bocasanta, R\$ 111.000,00 com plantões à distância, fora os plantões presenciais e fez 109 cirurgias, 109 cirurgias foi gasto R\$ 111.000,00. Com cirurgia plástica, vereador Paulo Porto, o Hospital Universitário gastou R\$ 87.258,00. A Clínica Bailak, a Clínica Bailak Ltda., com o médico Miguel Bailak Neto e o Dr. Keith de Jesus Fontes que são da Clínica Bailak receberam da 10ª Regional, desculpa, do Hospital Universitário receberam R\$ 87.000,00 nestes 6 meses, no plantão à distância para produzirem 84 cirurgias. E a cirurgia vascular também, R\$ 111.000,00 com gastos com plantões à distância para fazer 94 cirurgias. O Dr. Bocasanta, sabe muito bem, em outros hospitais o médico muitas vezes faz uma operação pelo SUS para receber R\$ 60,00, R\$ 70,00, R\$ 80,00, se você fizer um comparativo como que o município pagou, com que o Hospital pagou para estes médicos, com plantão a distância e por procedimentos que eles realizaram, você vai ter uma média de R\$ 1.000,00 recebidos por cada um dos procedimentos. Quem conhece a realidade do SUS sabe que isto está muito acima do que o SUS de fato remunera. Então são dados, informações, que demonstram e é por isto que nós estamos pedindo que o HU faça uma auditoria emergencial, nesta questão do plantão a distância. Sem dizer que temos denúncias de professores que recebem pelo

presencial e no mesmo tempo também, recebem a distância. Então, o que de fato seria um absurdo; então está sistemática do plantão a distância deve ser modificada; enfim o HU tem que buscar uma alternativa porque da maneira que está é um dinheiro que está muito mal investido. – Vereador João Paulo: Encaminhamentos ao Ministério Público: Dr. Jetson Luiz, servidora Estela Patriota, Dra. Juciara de Oliveira, Dra. Mônica Regina Moreira e o caso de vendas de fichas na Unidade Básica de Saúde do bairro Santa Felicidade. – Vereador Gugu: Os casos ali, são os casos relatados e que também, foram encaminhados para o Executivo; mas neste caso destas condutas nós entendemos que também, como existem fortes indícios de que eles causaram prejuízos ao erário público; nós estamos encaminhando também, ao Ministério Público, inclusive o caso de vendas de fichas no bairro Santa Felicidade, que foi relatado aqui nesta Comissão. Estamos encaminhando 2 pessoas que, supostamente teriam vendido, teriam atuado na venda de fichas lá no bairro do Santa Felicidade. – Vereador João Paulo: E também, o caso da UPA do Jardim Veneza. – Vereador Gugu: Este caso da UPA do Veneza, gente, foi um caso, uma atuação que demandou muito tempo e um trabalho muito técnico, inclusive mais uma vez agradeço a nossa arquiteta aqui, da Câmara Municipal que nos ajudou e muito, foram produzidos 3 relatórios técnicos sobre a UPA do Veneza. Quem teve a oportunidade de estar lá na inauguração, viu que a UPA até está de maneira muito bem posta. Contudo, no momento em que foi entregue a obra e quando nós começamos o trabalho desta CPI, já fazia algo entorno de 6 meses que a obra tinha sido entregue e a obra estava simplesmente num quadro deplorável. Nós entendemos o seguinte: por mais que a empresa tenha corrido lá e tenha reparado algumas falhas; isto não tira o fato de que de fato, ela tentou entregar a população de Cascavel uma obra de péssima qualidade, por isto é que estamos encaminhando ao Ministério Público para o ressarcimento ao erário público, enfim para que o Ministério Público instaure as ações civis e criminais, possíveis no caso para poder que estas pessoas sejam responsabilizadas. Nós temos aqui, alguns casos claros, são dezenas de itens, mas nós separamos apenas 6 itens aqui para demonstrar para vocês a diferença entre o que foi licitado, o que estava na planilha, o que foi medido e o que de fato foi entregue a população de Cascavel. Esta calçada ela deveria ter sido entregue em placa de concreto, mas na verdade ela foi feita com cimento alisado e por isto, segundo o nosso relatório técnico é que tivemos tantos problemas de rachadura. Então, este é um problema que vai perdurar por anos e, é fruto de no momento da execução da obra ter sido executada de uma maneira diferente do que estava no projeto e na planilha de licitação. (Próximos slides,

vereador). Estacionamento em Paver – No Projeto aprovado e na licitação foram licitados 4.240 metros quadrados de paver; com paver de 8 centímetros. Na planilha da última edição, na última medição, desculpe, foi constado como 100% entregue de paver, só que paver de 6 centímetros. Só que na prática, na realidade, estava faltando na obra 358 metros quadrados de paver. Então obviamente, um caso exagerado de que algo está faltando e as pessoas vão ter que dar conta sobre isto. (Próximo slide) Placas de Aquecimento Solar, vereador Marcio Pacheco, no projeto aprovado tinham 21 unidades de placas de aquecimento solar, foram licitadas 21 unidades, na planilha da última edição, vereador Luiz Frare, constava aqui como 100% entregues as 21 placas. Mas, na verdade eles tiveram azar que nós subimos lá no telhado, e constatamos que foram instaladas apenas 11 placas de aquecimento solar. Os letreiros na fachada no projeto constava 3 letras de 72 centímetros; 19 letras de 35 centímetros em aço inox. Foi licitado, conforme projeto e na planilha da última edição estava constando que foram entregues 100% das letras. Na prática ficou faltando algumas letrinhas; nós temos 3 letras de 72 centímetros, em vez das 19 letras de 35 centímetros temos apenas 12 letras; na verdade 12 letras. Na verdade era pra constar, como era para constar mesmo, vereador João Paulo? – Vereador João Paulo: UPA Cascavel Velho – Jardim Veneza. – Vereador Gugu: Esqueceram o Cascavel Velho. Rodapés – Aqui é uma evidência clara, de como que você às vezes não executa direito uma obra e causa um transtorno no dia a dia do funcionamento daquela obra. Foi licitado e projetado o rodapé embutido. Rodapé embutido, inclusive isto é uma determinação do Ministério da Saúde. Na planilha da última edição, da última medição está constando que realmente foi executado rodapé embutido. Mas, na verdade na prática, como vocês podem ver na foto, em toda a UPA do Veneza nós temos rodapé sobreposto. Obviamente que você executar rodapé embutido é muito mais custoso do que o rodapé sobreposto. (Último slide, vereador). Calçadas e Passeio – Foram aprovados no projeto e licitados 711 metros de placas cimentícias para 459 metros quadrados para o calçamento, ou seja, era para toda quadra estar com calçamento e 138 metros de fornecimento de execução de pavimentação externa com espessura de 4 centímetros. A planilha da última medição consta que 100% teria sido entregue. Mas na prática, nós entendemos e fica fácil de verificar que não foi executada a calçada no entorno da UPA; bem como, as vagas de veículos para cadeirantes conforme o especificado no projeto arquitetônico. Então, são estes 6 itens, 6, 7, itens que demonstram muito claro de que aquela obra não foi executada, como estava previsto no projeto original e nem como estava

previsto na planilha de licitação. Portanto, entendemos que os responsáveis por aquela obra devem ser responsabilizados: civil e criminalmente pelo Ministério Público. – Vereador João Paulo: Conclusão: Concluo com a certeza que todos nos esforçamos para trazer a verdade de fatos, e especialmente sugestões e encaminhamentos para que alertar as autoridades do Poder Público quão preocupante é o atual quadro da Saúde Pública em nosso Município. As denúncias, os depoimentos e as informações apontaram importantíssimas soluções, trazendo indicações e propostas para a ação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que poderão mudar o atual cenário da Saúde Pública de Cascavel. Faz-se necessário lembrar que a CPI não condena, apenas colhe informações sobre o objeto investigado, para posteriormente, apresentar dados concretos ao Ministério Público para o oferecimento de denúncia formal ou instauração de processo de responsabilidade civil, sendo também um importante instrumento de apoio na instrução de tais procedimentos. Destarte as recomendações, sugestões e encaminhamentos propostas nesse Relatório Final devem ser consideradas pelas autoridades a que se destinam. Por fim, em sendo aprovada em plenário a Resolução da Comissão Parlamentar de Inquérito, por maioria absoluta, deverá ser enviada ao Ministério Público, forte o inciso do Regimento Interno desta Casa de Leis. Agradeço a Deus mais uma vez pela saúde e por ter mantido até aqui. É o relatório. Salvo Melhor Juízo. – Vereador Gugu: Obrigado ao vereador João Paulo, relator; vereador Jaime Vasatta, membro desta Comissão. Então senhores: senhor Presidente, senhores vereadores, este é absolutamente um resumo do relatório que vocês tiveram acesso na semana passada. Uso a palavra neste momento, para pedir a aprovação deste Projeto de Resolução, que todas as recomendações sejam encaminhadas para as autoridades competentes, para que a gente tenha efetividade em todos estes pontos, para que de fato o nosso objetivo maior que era melhorar o atendimento a saúde da população de Cascavel ocorra. É evidente que tivemos falhas durante os trabalhos desta Comissão; mas foi sem dúvida nenhuma um trabalho muito intenso, muitas noites e madrugadas e tenho certeza, temos a convicção que desempenhamos o nosso papel. Cumprimos com o nosso dever e agora, estará nas mãos daquelas pessoas, que de fato tem o poder de resolver todos estes problemas. (-Um aparte, vereador). Aparte concedido.. – Vereador Claudio: Senhor Presidente, senhores vereadores. – Presidente: Vereador, só por uma questão de ordem. O senhor finalizou, vereador? Então, agradeço as explicações dos senhores e agora então, vamos abrir a discussão para os vereadores. E naturalmente, eu quero só para a gente organizar, cinco

minutos então para quem quiser fazer alguma consideração. E que estes 5 minutos já estejam incluídos aí, um diálogo, vamos assim dizer, não necessariamente de apartes. Se tiver alguma pergunta para fazer que nestes 5 minutos possam os vereadores comentarem e terem as respostas dos membros da Comissão. E com a palavra então, o vereador Claudio Gaitero. – Vereador Claudio: Obrigado, Presidente. Senhores vereadores, assistência, só para parabenizar esta Comissão. Nós acompanhamos diuturnamente. E, dizer do grande trabalho realizado e percebido aí, pelos encaminhamentos. Temos a certeza e a clareza de que muito vai melhorar a saúde em Cascavel. Nós tivemos exemplos na noite, fomos visitar algumas UPA's e nos deparávamos às vezes com 3 vereadores, às vezes 2, trabalhando aí nas madrugadas nas UPA's. Então parabenizar a CPI, e dizer que este vereador, votará totalmente favorável e, que Cascavel com certeza será outra, após aprovação deste relatório da CPI. Seria isto, obrigado! (-Peço a palavra, Presidente). – Presidente: Com a palavra o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Boa tarde a todos. Inicialmente parabenizar pelo trabalho e pela exposição detalhada; obviamente um trabalho comprometido e sério; então parabenizar os 3 vereadores. Uma pergunta apenas, que eu faço para toda a CPI, em nenhum momento das indicações vocês colocaram que há problemas de aportes de recursos em Cascavel. Se subentende que os recursos são adequados; porém nós temos vários problemas que vocês apontaram com rara competência, então a minha pergunta: Se os aportes estão adequados e tem muitos problemas, não existe uma certa má administração municipal e má gestão dos recursos, neste sentido? Fica a pergunta a CPI. Muito obrigado mais uma vez, parabéns pelo trabalho e o meu voto será favorável. – Vereador Gugu: Vereador, nós estamos e ficamos com esta impressão da complexidade da natureza da saúde pública; porque evidentemente que acaba envolvendo o Poder Municipal, o governo Estadual e o governo Federal. Então se você tem um problema, por exemplo: de falta de leitos SUS, isto ocasiona dezenas e centenas de pacientes que deveriam ter uma rotatividade maior em nossas UPA's e que acabam lá ficando internadas. Em você tendo estes pacientes 2, 6, 10 dias internados na UPA, isto acaba ocasionando um colapso em todo o sistema, porque a própria UBS tem dificuldade de funcionar, porque aquele paciente que deveria estar encaminhado na UPA como ele chega lá e não consegue um socorro, ele volta na UBS buscando um atendimento. Todos estes pontos que nós elencamos, em especial de recomendação ao Poder Executivo, de fato são pontos que nós entendemos que se mudados, conforme nós colocamos neste relatório, vão melhorar o atendimento a

nossa população. Agora, se cada um dos entes, ou melhor, se todos os entes fizerem a sua parte; aí sim, nós vamos ter uma melhora significativa no atendimento a nossa população. Mas, sem dúvida nenhuma foram identificados pontos que de fato precisam ser modificados no dia a dia, da gestão da saúde pública. – Vereador Paulo Porto: Eu me sinto contemplado com a resposta, muito obrigado Presidente! (-Peço a palavra, senhor Presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Boa tarde senhor Presidente, nobres pares; primeiro Gugu, João Paulo e Jaime Vasatta parabéns pelo trabalho! Nós sabemos que não é fácil fazer uma CPI e correr na madrugada pra fazer este levantamento. Mas, tem alguns questionamentos que eu gostaria de tirar algumas dúvidas: Os senhores citaram que tem 35.000 consultas para especialistas, aguardando na fila e 8.845 pessoas aguardando cirurgias algumas até há mais de 10 anos; se o sistema não é informatizado, como é que temos este controle, aonde está este controle, que se não tem nada informatizado? Como é que se tem este número? E se este número, estas 8.845 pessoas estão há mais de 10 anos, quantas vão para a UPA, devido ao não atendimento? E também, a questão de segurança armada no Posto de Saúde, não seria um investimento muito alto? Não seria mais fácil gastar isto com enfermeiros ou com médicos, que seria mais produtivo de repente? – Vereador Gugu: Vereador, se me permite, na verdade é o seguinte: quando a gente fala informatização, é que o sistema hoje não é interligado, né. O sistema municipal não é interligado, então você, por exemplo, o paciente, e quem conhece a realidade sabe disto, ele vai na UBS, ele pega a sua consulta, quando ele precisa de um especialista ele tem que voltar na UBS pegar uma ficha para ser atendido lá no CISOP, que daí encaminha para um exame. Quando ele pega este exame ele tem que voltar a UBS, para daí marcar uma reconsulta, com o especialista no CISOP. Então, o sistema é burro, justamente porque falta esta informatização. Agora, esta relação de lista, esta lista com a relação de pessoas que estão na fila de cirurgias e que estão na fila de consultas é uma relação que a própria Secretaria de Saúde tem. Porque ela entra lá num arquivo para entrar numa fila de espera. Agora, o que você não tem é uma informatização de toda a rede para você otimizar todo este processo. Na questão da vigilância armada, na verdade o que nós temos, é que dar condições para os nossos profissionais trabalharem; e é uma preocupação que nós temos com os médicos e funcionários das UPA's nas madrugadas; porque muitas vezes por exemplo, você tem uma pessoa que acabou se ferindo num confronto com a polícia e é encaminhado para a UPA de madrugada. E quem que dá a garantia de que os comparsas deste senhor aí, não vai lá

tentar alguma coisa na UPA. Esta é uma realidade triste que acontece de fato, as pessoas que trabalham de madrugada nas UPA's elas trabalham com medo, com receio; então é necessária esta vigilância armada, pelo menos é a impressão que nós tivemos durante os trabalhos. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado, pelas respostas. Se nós temos 35.000 pessoas na fila, Gugu, eu vejo que nós não temos muita solução do secretário para, não temos muito empenho do secretário para resolver o problema; 35.000 pessoas com 300.000 habitantes. O problema já vem há muito tempo, então... – Vereador Gugu: Se você me permitir, vereador não são 35.000 pessoas é 35.000 consultas, porque às vezes o mesmo paciente tem uma demanda de 3, 4 consultas com especialista. Então não é 35.000 pessoas é 35.000 consultas. – Vereador Jorge Menegatti; Então, tudo bem, mas eu não vejo empenho do Secretário de Saúde para resolver o problema, teria que correr mais atrás. Mas, obrigado pelo esclarecimento. (-Peço a palavra) – Presidente: Vereador Fernando Winter com a palavra. – Vereador Fernando: Senhor Presidente, colegas vereadores, assistência, imprensa, boa tarde a todos! Primeiramente, elogiar esta CPI, os 3 vereadores, Gugu Bueno, João Paulo e também, o Jaime Vasatta, pelo brilhante trabalho já aqui mencionado pelos colegas. E dizer que a Saúde, não é um problema só de Cascavel, é um problema pelas redes nacionais; a gente vê que o Brasil inteiro sofre com o problema da saúde; porém também Cascavel tem muitas falhas e parabenizo a CPI. Eu anotei aqui, alguns itens que achei mais importantes ressaltar, a questão Gugu Bueno, das consultas, bairros enormes muitas vezes com 15 consultas, né. A questão das cirurgias também, já mencionadas pelo Jorge Menegatti, já há pessoas esperando há 10 anos. A questão do CISOP também, que o município investe um valor e muitas vezes não é só para Cascavel. E também, o mau atendimento o qual aqui, o nosso vereador e também médico, Dr. Jorge Bocasanta, pode confirmar e muitas vezes, Cabral, estas consultas são consultas assim, imediatas e muitas vezes o médico não olha nem na cara do paciente. Então, achei importante colocar estes fatos e pode contar com o meu apoio, porque muitas vezes nós corremos o risco, Jaime Vasatta, de a gente ficar só no papel; não podemos deixar isto aí só no papel e dar continuidade a este trabalho e que a nossa saúde possa realmente melhorar aqui na cidade de Cascavel. Era isto, muito obrigado! (- A palavra, senhor Presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei: Senhor Presidente, nobres vereadores, toda assistência, quero também, parabenizar o trabalho feito pela CPI em nome dos 3 vereadores: Gugu Bueno, Jaime Vasatta e João Paulo; acompanhei muitas vezes de perto o trabalho de vocês, antes ainda de dar início a esta CPI;

conhecemos bem a realidade e o que passa com a nossa população. Tenho certeza que este relatório encaminhado a esta Casa, não está se furtando ou se omitindo em apontar os problemas observados que temos em todas as esferas responsáveis pela saúde aqui de Cascavel. Gostaria muito que esta CPI tivesse tido o poder de dizer quantos leitos do SUS tem em Cascavel, quem e quantos estão ocupados e quais são os nomes das pessoas ocupadas e como seria o sistema de transparência da verificação em todos os leitos do SUS em Cascavel, seja dentro do HU ou seja dentro dos hospitais particulares. Eu acho que quando nós chegarmos a este ponto, nós teremos uma resposta maior. Porque as vezes nós temos leitos ocultos que nós não sabemos na verdade se eles estão realmente ocupados pela população, por quem está precisando. – Vereador Gugu: Se você me permite, vereador? – Vereador Nei: Permito! Permito! – Vereador Gugu: De fato esta é uma preocupação que todos nós temos, não temos esta segurança de que isto não ocorra. Como o sistema todo ele é interligado e como à vezes, se uma ponta não funciona acaba prejudicando todos os outros problemas, vereador Paulo Porto. Por exemplo, se lá no HU você tem 2 profissionais com plantão a distância de ortopedia, fora os plantões presenciais; às vezes chega um paciente lá e quem conhece o dia a dia do HU sabe que isto acontece muito, com uma cirurgia simples para se fazer no dedo, no pé, enfim e que poderia muito bem fazer aquele procedimento naquele dia e sair no mesmo dia do leito ou no mais tardar no dia seguinte; mas pela falta do médico ou pela falta de se poder fazer aquela cirurgia aquele leito que ficaria ocupado apenas 1 dia, as vezes fica 5 dias ocupado. É um leito a menos disponível para aquelas pessoas que estão lá na UPA, esperando um atendimento. É por isto que eu digo que o sistema todo é interligado e que quando, não funciona a 10ª Regional, o HU não funciona, prejudica o município; quando a UBS não funciona acaba também estourando lá no HU, é uma problemática, uma complexidade muito grande da Saúde Pública. –Vereador Nei: É lógico que nós enquanto Poder Público, né, temos que fazer a nossa parte; mas esperamos que os profissionais que tem a responsabilidade de salvar as vezes, uma vida pelas suas atitudes e o compromisso profissional lá de estar de fazendo o seu trabalho; eles também percebiam isto, né. E como foi falado aqui já, em outras vezes nesta Casa que talvez esta CPI não ia dar em nada; mas eu acredito que ela vai salvar muitas vidas, como já salvou e mesmo que se fosse só por uma vida vereador João Paulo, vereador Jaime Vasatta, todos os vereadores que estão aqui, vereador Gugu Presidente desta Comissão, se fosse só uma vida já teria valido a pena ter feito esta CPI, mas tenho certeza que muito contribuirá para repensar e principalmente a questão da

gestão pública da saúde de Cascavel. Era o que eu tinha, muito obrigado! – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, vamos dar os parabéns né, para o Romulo, ó desculpa, para o Gugu, para o João Paulo e também, para o Jaime Vasatta por este excelente trabalho. A saúde pública em geral, eu acredito que ela só vai melhorar quando quê virar uma gestão plena assim, ou compartilhada; mas quando o próprio município de Cascavel poderá fazer ela do início ao final; ou seja, a básica, o meio e o fim. Por que o quê é que a gente vê aqui? A gente vê o seguinte: que uma parte é do município, os Postos de Saúde eles são do município até as UPAS, depois é do Estado e do governo Federal e daí fica esta bagunça toda. Para a Medicina assim, é uma coisa complexa. Quando eu fui Secretário de Saúde, eu sempre quis fazer uma coisa assim, por resultado, resolutividade. Assim, quando aquele médico que vai no Posto de Saúde fica 1 hora, 2 horas e vai embora; ou aquele que fica 8 horas; tem pontos que a gente tem que ver, mas o ponto principal é muitas vezes o quê? Aquele que vai 2 horas faz mais do que quem faz 8 horas, né. Isto aí é prático. Quando passou aqui na Câmara, Frare, aquela das 4 horas, lembra? Eu sempre lutei, eu sempre lutei assim, médico, funcionário não pode ficar lá cuspidando no chão, sujando o chão; atendeu, terminou de atender, põe o dedo e vai embora e vai ganhar proporcional aquilo que trabalhou; este negócio de por o dedo lá e ficar escutando música, ficar brincando com o computador lá dentro não adianta; isto aí para mim não me interessa. Outra coisa da Medicina assim, o que mais fico triste aqui, até o Nei lembrou de um amigo dele, quase perdeu o rim e um já tinha perdido né, Nei? Poderia estar hoje, numa hemodiálise ou até lá no Guarujá no pé junto, como muita gente que o tratamento final foi o caixão, né, que é uma realidade, que é uma tristeza. Então, nós temos aqui na nossa vida que a gente chega no início e no final, só que o problema é que está morrendo gente que poderia ser salva, com pouca coisa. Então o que é que nós precisamos? Nós precisamos o quê? Incentivar o município de Cascavel a fazer gestão plena, a gestão compartilhada, por quê? Porque eu acredito que não é tanto dinheiro, Frare; mas o dinheiro bem aproveitado a gente poderá fazer muito para a população. Eu tenho um exemplo aqui, ó, que até o Nei achou pouco que cada cirurgia do HU custou R\$ 1.000,00 só de mão de obra profissional. O Santa Catarina recebia R\$ 440,00 do procedimento inteiro, tu tá entendendo a diferença? Então, lá no HU milhão só para um profissional nem contando anestesista, estou certo, né Gugu? Nem funcionário, nem remédio, nem luz, água, nada. No Santa Catarina que fechou o governo do Estado pagava em média R\$ 440,00 por todo o internamento, ou seja, aí água, luz, telefone, médicos, enfim. Então o

que é que nós precisamos? Nós precisamos que não ter medo. Na saúde eu sempre digo assim: a gente não pode ter medo de tentar melhorar. O Lísias na época, quando eu fui Secretário, fiquei 80 dias e fui embora, né, porque eu tinha medo. Por que o quê é que a gente tem aqui? A saúde é um dinheiro que vai e vai desaparecer, só que no fundo ela tem que dar lucro. Quando o Gugu fala aqui que, o médico demora uma semana para operar uma paciente, um paciente que fez uma pequena fratura, como eu vi lá uma vez de um tiro no braço e estava 10 dias lá; este médico não pode mais trabalhar no HU, tem que ser mandado embora. Mas quem manda embora, tá entendendo? Se fosse o quê? Uma gestão compartilhada onde o Secretário Municipal da Saúde pudesse chegar e falar assim: não, seu cidadão é o seguinte, você está fazendo esta enrolação para cobrar por fora, para formar particular, não! Nós vamos te mandar embora. Só que lá quem é que vai mandar embora? Ninguém pode mandar. Então, era isto né, eu fiquei feliz em ajudar um pouco, né Gugu? Mas, vamos continuar sempre com esta luz acesa prá que? Porque neste momento alguém está lá no PAC e que está morrendo e que poderia ser salvo com pouco dinheiro. Não aquele que vai lá e aciona a Justiça por um medicamento oncológico que está em fase experimental ainda, que não vai salvar o cara; muitas vezes é mais comercial mesmo o dinheiro. Mas, o que me preocupa mesmo, é aquele que poderia estar com uma simples cirurgia e uns remédios um pouquinho melhor, ser salvo e poder cuidar bem dos seus filhos em casa. Era isto, muito obrigado! (-Peço a palavra, Presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Eu não podia deixar de me manifestar e aqui reconhecer o grande trabalho da CPI; os vereadores: Gugu, João Paulo e Jaime. Eu acompanhei a maioria das reuniões sentimos lá a preocupação o desespero das pessoas e com a explanação agora dos trabalhos da CPI eu chego a conclusão que: o problema não é recurso. Normalmente se fala que falta investimento, eu observo que o problema mais sério é o atendimento. Então, nós precisamos ficar atentos, eu mesmo há alguns anos atrás, fui vítima de uma falha. Eu fui na UPA, isto há uns 5 anos atrás, e havia sofrido uma queda e me liberaram lá Gugu, como estava beleza. E, passado uns dias continuava doendo o lado do corpo e fui numa clínica particular e eu estava com duas costelas trincadas. Então, o atendimento é sério. Eu entendo que a CPI veio num bom momento; num momento em que a população clama por atendimento. O nosso bem mais precioso é a vida e, é este bem que está em risco. Quero aqui também, externar o meu reconhecimento e a minha gratidão, além dos membros da CPI, a equipe dos vossos gabinetes, também o pessoal Pacheco, interno da Casa que deu respaldo a vocês. Eu sei o

trabalho que dá a Comissão de Justiça, cerceia muitas vezes de eu atender a comunidade, de eu ir fazer visitas, 50% do meu tempo fica envolvido com a Comissão de Justiça. Agora, eu imagino vossas excelências na CPI, destinaram um tempo muito grande do seu mandato em prol da CPI. Evidentemente, que os encaminhamentos tem que ser efetivados, né, vamos ficar vigilantes e, eu acho que, acho não, tenho a certeza que esta CPI é apenas o começo. Esta Casa de Leis tem a responsabilidade de ficar vigilante, porque é questão de saúde e saúde acaba colocando em risco o nosso maior bem que eu falei, que é a nossa vida. Então, parabéns aos componentes. (-Um aparte). Pois não, Frare. – Vereador Luiz Frare: Senhor Presidente, senhores vereadores; eu não concordo Pedro, vereador Pedro, com a sua afirmação que o atendimento é zero. Nós temos em cada profissão excelentes profissionais, médios profissionais e profissionais de baixo nível e, não é diferente na saúde. Nós temos excelentes médicos dedicados, enfermeiras, auxiliar de enfermagem, atendentes, de ótima formação e de ótimo conceito perante a sociedade. O exemplo que você deu seu, você levou para zero, lá em casa a nossa auxiliar ela foi, foi atendida, fez exames no laboratório e veio elogiando o atendimento da saúde. Então, nós não podemos dizer: atendimento zero ou atendimento dez, mas vamos ter que ser justos porque tem algumas situações que você coloca o dinheiro, o recurso disponível, as pessoas disponíveis, mas se elas não tem a vontade de atender bem, elas não atendem. Nós vimos aqui pelo relato, do João Paulo e do Gugu, que tem umas 7 ou 8 pessoas que vão abrir processo administrativo; são 2.000 pessoas servidoras da saúde; 2.000 e tem 7 detectados. Claro, vai ter muito mais gente que vai morceguear como a gente fala, mas tem que tirar o chapéu porque tem gente comprometida com a saúde pública em Cascavel, também. Obrigado! – Vereador Pedro Martendal: Caro colega Frare, eu tenho um carinho muito grande pelo senhor; mas eu queria que depois o senhor pegasse a gravação e em momento algum, eu falei que o atendimento é zero. Eu mencionei que o problema é menos de recursos e mais de atendimento, foi o que eu falei! Qualquer coisa depois, o senhor verifica a gravação. E continuo afirmando: que o problema é mais de atendimento. Prova disto, está o médico que chegava lá e saía; etc., outros assuntos aí levantados pelo Gugu; em momento algum estou falando, e falei que o atendimento é zero; em hipótese alguma, tá? – Vereador Frare: Desculpe, devo estar surdo. – Vereador Pedro Martendal: Então, só para ficar claro o que eu digo é que tem que melhorar o atendimento dos profissionais. Agora, quando eu digo que tem que aumentar, melhorar, eu não estou falando que é zero. E respeito aqueles profissionais que bem atendem; mas nós sabemos muito

bem dito pelo senhor, a palavra morcegueando e nós sabemos que tem muitos morcegueando; então é neste sentido.. (só para concluir, senhor Presidente) É neste sentido que eu digo que o atendimento tem que melhorar. Muito obrigado, Presidente! - Presidente: Senhores,.. (-A palavra, Presidente) Antes de colocar em votação, eu também não posso; antes de colocar em votação passarei a palavra para o vereador Vanderlei. Mas quero já de plano, não só por minha boa vontade, mas realmente pela disposição e o trabalho perceptivelmente comprometido, muito interessado, muito competente que os senhores realizaram a frente da CPI. Quero parabenizar em nome do vereador Gugu Bueno, como Presidente, extensivo ao vereador João Paulo e ao vereador Jaime Vasatta. É óbvio que sempre há possibilidades de questionamentos em relação aos encaminhamentos é muito complexo o problema da saúde de fato. Mas, eu acho que isto não tira em nada o crédito dos senhores, enquanto estiveram à frente da CPI e com o esforço que tiveram, levantando realmente fora de hora para fazer um trabalho que de alguma maneira sempre acaba enobrecendo a toda Casa de Leis, a todos nós, vereadores. Então, fica desta Presidência, os nossos cumprimentos. O meu registro aqui de agradecimento em nome da Casa pelo trabalho interessado que os senhores fizeram, naquelas atribuições que extrapolavam as suas atribuições. Então, fica os meus; (atribuições não, aqueles trabalhos em que a boa vontade dos senhores extrapolaram) simplesmente a atribuição que era dos senhores. Então, os meus cumprimentos e agradecimentos em nome desta Casa de Leis. O vereador Vanderlei, com a palavra. – Vereador Vanderlei: Senhor Presidente, senhores vereadores, comunidade, imprensa, eu gostaria de cumprimentar os vereadores da CPI, o vereador Gugu, o vereador João Paulo e o vereador Jaime Vasatta. Dizer que tive a oportunidade, em muitos momentos durante a CPI de acompanhar os trabalhos principalmente nos bairros de Cascavel, quando foi ouvida a população; sobretudo a população usuária do Sistema Único de Saúde. Dizer senhores vereadores, que as análises feitas, os apontamentos feitos foram muito importantes; tanto nos números, nos gráficos, nos dados, nas informações, seja de ordem de recursos humanos, seja da ordem de atendimento, seja da ordem financeira ou seja da ordem de infraestrutura nas nossas Unidades de Saúde e nas nossas UPA's. Com certeza todos estes números, estes dados irão contribuir para a melhoria da saúde de Cascavel. Claro que a partir deste momento, com os apontamentos realizados por esta Comissão, precisa o município, precisa o Estado, colocar em prática os apontamentos realizados; porque a partir deste momento com os dados e informações, vereador Gugu, sem dúvida o

Município através da Secretaria de Saúde, o Estado através da Secretaria de Estado da Saúde e da 10ª Regional tem informações, tem números e tem por onde caminhar. O mais importante é o levantamento de dados. Claro que a saúde quanto mais é disponibilizada através do Sistema Único, mais pessoas que usam os planos de saúde vão migrar para o sistema público de saúde neste país. Isto é fato; isto é definido. Eu sou atendido no Sistema Único de Saúde eu conheço bem a realidade do Sistema Único de Saúde, mas eu entendo que muita coisa ainda tem por melhorar. E os apontamentos realizados foram muito importantes e eu quero registrar os meus parabéns a esta Comissão que não mediu esforços para ter o resultado que foi apresentado hoje, nesta Casa de Leis. Muito obrigado! – Presidente: Senhores, vamos deliberar então, em votação a 1ª votação o Projeto de Resolução nº 7/2014 de autoria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, vereadores: Gugu Bueno, João Paulo de Lima e Jaime Vasatta que, aprova o Relatório Final e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento nº 174/2013, destinada a apurar possíveis irregularidades nos serviços prestados na UBS e nas UPAS do Município de Cascavel, votação nominal proceda por gentileza, senhor Secretário. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Paulo Beber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Com uma retificação desta Presidência quando disse em 1ª votação, o Projeto de Resolução está aprovado, com base no artigo 130, § único, inciso III, que diz respeito que quando são resoluções propostas por Comissões Parlamentar de Inquérito são em única votação; portanto esta aprovado o Projeto de Resolução nº 7/2014 pela totalidade dos vereadores. Temos um Requerimento encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Edgar Bueno por meio do Ofício de gabinete nº 284/2014, por meio do qual se requer que seja deliberado de forma urgente o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 1/2001, Código Tributário Municipal alterada pela Lei Complementar nº 3/2003, conforme dispõe o artigo 45 da Lei Orgânica Municipal, em discussão. (-Peço a palavra, senhor Presidente) Com a palavra, o vereador Rui Capelão. – Vereador Rui: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência, eu quero dizer a princípio que, sou favorável a aprovação do ofício do Prefeito, de ter pedido urgência para votação do Projeto; no entanto assim não entenda que haja necessidade de urgência. Mas, certamente para alguma

justificativa pode ter causado este pedido de urgência. Quanto ao Projeto, eu gostaria de lembrar aos nobres colegas que é importante nós analisarmos com bastante cuidado, porque o que eu entendo aqui que, nós estamos tendo uma perda muito grande de arrecadação. Vereador Claudio Gaitero: Questão de Ordem, senhor Presidente. Nós estamos debatendo aqui, deliberando o ofício e não o Projeto. Obrigado. – Presidente: Eu acredito que as considerações do vereador Rui Capelão são pertinentes, ele está explanando sobre a importância do Projeto e que por isto poderia conduzir a não aprovação do regime de urgência. Pelo pouco tempo já que concedemos; continua com a palavra o senhor vereador. – Vereador Rui: Obrigado, Presidente. E acharia que é interessante nós analisarmos este Projeto, porque ele reduz de 5 para 2 a alíquota de ISSQN e a justificativa é de que houve um super faturamento neste ano, já até no 1º quadrimestre de 10% a 14% de alguns itens na arrecadação. Ora, se esta havendo uma boa arrecadação neste sentido quem teria que ter o benefício né, será que seria as empresas de ônibus que nós teríamos que beneficiar? Se nós temos cobrado tanta coisa destas empresas de ônibus? Por que então esta arrecadação que nós temos tão importante, ela não está ligada diretamente (- Senhor Presidente! Questão de Ordem!) – Presidente: Pois, não! – Vereador Rui: .. nós tivemos há poucos dias o corte do bombeiro aí que perdeu uma grande fatia da arrecadação.. (Questão de Ordem, Senhor Presidente, eu volto a..., só para complementar Presidente, eu acho que o vereador..) – Vereador Rui: eu acredito que esta receita.. – Presidente: Vereador Rui Capelão! - Vereador Rui:.. esta receita tem que ser olhada, porque pode .. – Presidente: Só um segundo, vereador. – Vereador Rui: Pois não! –Vereador Luiz Frare: Nós estamos discutindo aqui, se o ofício vai ser aprovado ou não em regime de urgência. Quanto a questão da renúncia de receita, de aumento de arrecadação, etcetera e tal. Eu acho que é conveniente se aguardar no momento propício, para que isto ocorra. Hoje nós estamos discutindo: aceitamos ou não, o regime de urgência. – Vereador Rui: Vereador, eu quero deixar claro que eu não estou pedindo para que não vá votar isto aqui no afogadilho depois, já que está pedindo urgência. Estou pedindo que seja analisado para nós sabermos o que nós vamos votar depois. Porque nós precisamos analisar isto aqui com cuidado, porque isto aqui é receita do município e as justificativas. (-Questão de ordem, senhor Presidente) – Vereador Rui: ...e as justificativas aqui... (-Eu aconselho ao vereador, ler a justificativa). – Vereador Rui: ..e a justificativa que estão aqui no ofício não são condizentes . (-Isto leia, a justificativa!) – Presidente: Senhores! Senhores, Senhores! – Vereador Rui: .. com que o Prefeito está pedindo... – Presidente: Senhores! Não é no grito que nós

resolvemos o problema. – Vereador Rui: Eu estou discutindo o ofício; a justificativa do Prefeito. É bom que os senhores entendam ... – Presidente: Por gentileza! - Vereador Rui: entendam isto... – Presidente: Vereador! Por gentileza! Só direciona um pouco a sua fala vereador, no sentido de dizer da importância ou não de se aprovar o requerimento de urgência ou não. Se o senhor puder se pautar nesta questão, eu acredito que seja importante. – Vereador Romulo: Questão de Ordem – Vereador Rui: E vou dizer apenas que, isto aqui é um absurdo! Isto aqui é um absurdo Obrigado!- Presidente: Pois não, vereador Romulo. – Vereador Romulo: Eu acho que, com a fala do vereador Rui Capelão; ele faz uma introdução num assunto, mas na verdade fala em outro. Então, se assim for autorizado; agora ele encerrou. Se assim for autorizado, então fica aqui uma dinâmica para ser utilizada por qualquer um quando for discutir um assunto. – Presidente: Eu concordo com o vereador. Eu só quero justificar aqui, vereador Claudio Gaitero, no início eu até entendi que a consideração do vereador Rui Capelão estava alinhada com o seu discurso para viabilizar a aprovação ou não. Depois de fato, eu acredito que talvez, não seja este ainda o momento oportuno, mas enfim, eu não entendi se o vereador Rui Capelão é contrário ou favorável ao requerimento de urgência. Mas, de qualquer maneira, acredito que tenha sido aí superada esta situação. – Vereador Rui: Falei que era favorável, vereador. Falei que era favorável, mas achava isto um absurdo! Um grande absurdo! Porque desde que votem urgência, mas esta urgência não seja esquecida.... – Vereador Gugu: Agora, ele não está mais com a palavra, Presidente. Virou brincadeira, ele não está mais com a palavra! - Presidente: Obrigado, vereador! Continua em discussão o Projeto. Em votação o requerimento encaminhado pelo Prefeito Municipal, através do ofício 284/2014, os vereadores que forem favoráveis permaneçam com estão e os que forem contrários, que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores está aprovado o regime de urgência requerido por meio do ofício do gabinete do Prefeito Municipal de nº 284/2014. Como Requerimento, temos os Requerimentos nº 138, 139 e 140; há consenso na deliberação de todos, senhores? Em havendo consenso, farei a leitura de todos e os deliberaremos conjuntamente. Requerimento nº 138 de autoria da Comissão de Justiça e Redação, que seja o presente encaminhado a Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito – CETTRANS, a fim de que preste informações mais detalhadas em relação ao impacto financeiro-orçamentário acerca do Projeto de Lei nº 48/2014. Requerimento nº 139/2014 de autoria do vereador Pedro Martendal do PSDB, que requer ao Executivo Municipal que officie a Secretaria de Obras para que viabilize estudos técnicos, a fim de ser realizada a pavimentação com asfalto ou

pedra irregular no entorno do Posto de Saúde do Distrito de Juvinópolis. Requerimento nº 140 de autoria do vereador Paulo Porto do PCdoB, que requer informações a FUNDETEC sobre a restituição de recursos a Secretaria - SETI. Como há consenso na deliberação de todos, coloco em votação os Requerimentos nº 138, nº139 e nº 140 , cujas ementas foram recentemente lidas. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores estão aprovados os Requerimentos nº 138, nº 139 e nº140/2014; finalizando assim a matéria da Ordem do Dia. **GRANDE EXPEDIENTE** - - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público cuja a primeira inscrição é do vereador Paulo Porto Questão de ordem senhor Presidente. Pois não Vereador. Pedro Martendal - senhor Presidente, peço licença para me ausentar, eu tenho um compromisso de viagem então peço permissão para me retirar. Presidente - consinto, uma boa viagem Vereador. Paulo Porto - boa tarde a todos, boa tarde aos Vereadores, Mesa Diretora e boa tarde ao plenário, como tenho afirmado insistentemente nesta Tribuna, esse mandato tem lado e o lado deste mandato é sempre junto aos Sindicatos organizados e aos trabalhadores organizados, e movimentos sociais do campo progressista, por isso hoje venho a Tribuna declarar o irrestrito e incondicional apoio deste mandato a categoria dos jornalistas do Paraná, que neste momento estão enfrentando uma batalha grande para garantir a sua data base junto as empresas patronais, ao Sindicato Patronal, e sofrendo uma contra proposta com a intransigência dos empresários da mídia, contraproposta que se nega a discutir a data base se não houver redução do piso da categoria no Paraná. Para que os Vereadores saibam, hoje no Paraná o piso estadual é 2.600 reais, as empresas patronais estão com uma contra proposta de diminuir o piso, achatando o piso, dependendo da cidade, Curitiba teria o piso integral, o interior um piso para baixo e infelizmente hoje no Paraná o piso tem sido o teto para a categoria dos jornalistas, e nós entendemos que não é possível colocar em risco uma conquista tão histórica, quanto o piso Estadual do Paraná de 2.600 reais, e especial do interior onde vocês estão mais precarizados do que na capital, eu lembro há dez anos atrás quando eu era professor de jornalismo na UNIPAR e na FAG, quando havia um determinado evento para ser coberto saiam da redação, o Motorista, Reporto Fotográfico e o Jornalista, hoje sai o Jornalista que é Motorista e que é fotografo com raras exceções, é o chamado três em um, é a precarização total do serviço do profissional da imprensa, então nós estamos aqui de publico empunhando essa bandeira e declarando o nosso irrestrito apoio a essa categoria, porque o que está em

jogo não é só a qualidade da imprensa o que está a jogo é a liberdade da imprensa também, eu aprendi com um professor chamado Silvio Demetrio, que hoje é da UEL, que ele falava o seguinte, nós temos que ter cuidado para não confundir livre imprensa com livre empresa, infelizmente é isso que está em jogo neste momento, na luta da categoria dos jornalistas. Então fica aqui o nosso irrestrito apoio ao SINDIJOR, na luta contra o Sindicato Patronal que vem de maneira intransigente, autoritária e arbitrária tenta achatar o piso, como diz o Slogan, “não pise no meu piso”, então estamos aqui neste momento deixando a nossa posição pública, contem com esse mandato vão a luta com contem com o Partido Comunista do Brasil, muito obrigado Presidente. Presidente - Vereador Rui Capelão com a palavra. Rui Capelão - vou falar pouco, a pedido do meu amigo Jaime Vasatta, bom certamente eu estou procurando sempre porque vim aqui, logicamente como todos os senhores trazidos pela população, e eu quero neste mandato, eu sonhava com esse mandato, e foi Deus que me empurrou para cá, vocês podem ter certeza, estou aqui procurando fazer o melhor possível para a nossa sociedade, não tenho medo de fazer debates com ninguém, se for necessário a qualquer projeto eu vou debater porque eu acho que é uma questão de honradez e dignidade conforme sempre falei aqui nesta Tribuna, quero dizer que quanto a esse projeto do Prefeito que pede a votação urgente, não vou fazer mais comentários porque muita gente já ficou nervosa quando eu levantei o assunto, então eu acho que eu devo esperar realmente para o momento da votação, para colocar os pontos que deve colocar aqui, mas eu lamento que nós tenhamos perdido receita como perdemos para o bombeiro por decisão judicial, hoje a Prefeitura teria que ter uma outra fonte para poder ajudar o nosso Corpo de Bombeiros, e nós estamos dispensando arrecadações, a poucos dias cobramos dos médicos, dos dentistas, dos médicos principalmente aumento a alíquota de dois para três para igualar a outras categorias, porque não fazer com que baixem as alíquotas de quem tem carpintaria de quem tem mercearia, de quem tem borracharia, de quem tem mecânica, eu acho que essas alíquotas poderiam ser baixadas que é três por cento, então vamos olhar a nossa sociedade aquela que mais precisa para progredir, por isso eu acho importante o debate nesta Casa, muito obrigado. Presidente - Vereador Nei Haveroth com a palavra. Nei H. Haveroth - senhor Presidente, Nobres Vereadores, o que me traz hoje aqui, estive ontem, não é que costume estar aqui todos os dias mas o assunto é bem relevante para a nossa região, é a extração do gás de folhelho que é conhecido como gás xisto, gás do xisto, e nós através da Comissão da Agricultura, Vereador Jaime Vasatta, Vereador Paulo Bebber e eu, nós temos a obrigação de

estarmos nos aprofundando sobre esse assunto, discutir e trazer aos Nobres Pares um pouco deste conhecimento que está sendo discutido já na região, Toledo e também em outros locais aqui, só para dizer para vocês que a exploração do gás xisto está sendo autorizada pela ANP que é a Agência Nacional do Petróleo, na cidade de Pitanga, Paranavaí, Cascavel e Toledo. Os reflexos desta exploração podem ser segundo alguns estudiosos, apesar que há estudiosos que achem que não tem problema nenhum, mas pode ser a transformação de um deserto... para a nossa região, é lógico que o Paraná é o maior usuário e colocador de inseticida e herbicida no solo no Estado, ele ganha que todos os outros Estados, então também tem que refletir isso, mas nós por ser a semana do meio ambiente por estar hoje, gostaria de pedir senhor Presidente que passasse um ou dois minutos, se for possível de tolerância que eu vou passar um vídeo, para que os Vereadores comecem a entender esse processo para nós em outras ocasiões debatermos esse assunto, gostaria que a técnica colocasse esse vídeo e se houver um tempinho para a gente concluir depois. (exibição de vídeo). Senhor Presidente, Nobres Vereadores, nós tiramos como encaminhamento da Comissão, encaminharmos através de ofício do Presidente Jaime Vasatta através da comissão para o representante da ACAMOP, Vereador Jorge Menegatti, a ACAMOP está promovendo já em Toledo, Corbelia e outras cidades a discussão disso através de palestrante que faz, então nós solicitaremos para que a ACAMOP também faça aqui em Cascavel um seminário neste sentido para depois que nós tivermos um conhecimento melhor a respeito desta situação nós estaremos promovendo uma audiência pública nesta Casa, tirando alguns encaminhamentos porque a situação é muito alarmante, quando você não tem o conhecimento ainda total. A Agência Nacional do Petróleo tem nove paginas de regulamentação no que eu li, inclusive fiquei lendo no final de semana, tem um filme chamado Terra Prometida nos Estados Unidos em 2012, quem quiser pode assistir esse filme para tirar uma noção ela é muito vulnerável, ela tira os órgãos ambientais da liberação e remete a responsabilidade de quem vai dizer o que vai fazer ao próprio operador do sistema de exploração do gás é muito fácil, então neste sentido é preocupante, para que nós temos que ter uma posição através desta Casa e através dos moradores da região, inclusive tem provocação de abalos sísmicos, esse perfuramento hidráulico ele provoca até abalos sísmicos, será que nossa cidade, nossas edificações aqui da região elas estão propícias, eles tem sustentação, tem base para suportar abalos sísmicos. Então o grande questionamento é o método utilizado e inclusive já da maneira de que foi falado ai agora dia cinco dia mundial do meio ambiente

vai ser assinado esse convênio autorizando essas empresas a explorarem a nossa região. (um aparte Vereador). Paulo Porto - eu queria parabeniza-lo por ter trazido essa discussão a está Casa, especial ao Jaime Vasatta, Haveroth e Bebbber são membros da Comissão de Meio Ambiente, é uma discussão nacional e especial para nós aqui do oeste do Paraná que estaremos no olho do furacão, devido ao ...do Guarani, devido aqui o local destas jazidas de xisto, então parabéns o nosso mandato também é preocupado com isso e está a disposição para este debate, parabéns mais uma vez. Nei Haveroth - obrigado, agradecemos e precisamos do apoio de todos desta Casa, Jaime quer um aparte. Jaime Vasatta - só também quero acrescentar Vereador, é estranho que isso tenha acontecido rapidamente e no silêncio, inclusive uma empresa chamada COPEL está envolvida num processo desses. O Rui Capelão mesmo sabe que a COPEL teve à frente de grandes debates a respeito do meio ambiente, que presa pela energia limpa ela está envolvida num projeto desses que é assustador. Nei Haveroth - para concluir senhor Presidente eu acho que existe outras formas para explorar energia, que é a energia eólica, a energia solar, que não precisamos disso, em últimos casos se a fonte energética se esgotasse, quem sabe, mais colocar isso como prioridade nos causa certo espanto e o questionamento, a serviço de quem a própria NP hoje no Brasil está colocando o Brasil, comprometendo uma região produtiva, agrícola, muito importante que é a nossa na questão da competitividade internacional, era o que eu tinha, muito obrigado senhor Presidente. Presidente - obrigado, Vereador Nei, com a palavra o Vereador Gugu Bueno. Gugu Bueno - senhor Presidente, senhores Vereadores, senhora Vereadora, Presidente eu ia abrir mão da palavra mas é importante fazer um registro nesta Casa, Vereador João Paulo, dias atrás num Programa da Rádio Colmeia, meu amigo Vereador Jorge Menegatti, disse que esse Vereador era um artista, aquilo me atingiu Vereador Jaime Vasatta, não porque eu me senti ofendido Vereador Menegatti, sei que você falou com boa intenção, mas porque de fato eu tinha um sonho de ser artista, mas eu acho que Deus não me deu esse dom senhor Presidente e na minha família talvez ele tenha depositado o dom de artista nos meus primos né, e para mim não sobrou nada. Mas hoje Presidente confesso que ao longo destes dias fiquei com um pouquinho de dúvida, Vereador Paulo Porto, será que eu poderia ter sido um artista ou não, mas hoje vendo a atuação cênica do meu amigo Rui Capelão tenho certeza que não tenho dois por cento do talento do Vereador Rui Capelão tem, e nos mostrou nesta Tribuna, ele veio discutir o pedido em regime de urgência do Executivo, e começou falando que é a favor do regime de urgência, e na mesma fala conseguiu fazer uma

confusão danada, em criticar o projeto e atuação dele foi tão perfeita, que ele acabou enrolando até o próprio Presidente, que estava acreditando na boa intenção dele de se posicionar sobre ser favorável ao contrário ao pedido de urgência, e não sobre o mérito do projeto. Mas ele na habilidade e na sua atuação de Tribuna, conseguiu passar o seu recado e dizer que é contra que é um absurdo, alias uma frase que deveria entrar para a história desta Casa, sou a favor, mas acho um absurdo, mas isso lembra um outro comunicador que passou nesta cidade, Eita Cascavelão, Vereador Paulo Porto, Dona Dilma quando diminuiu os tributos no Governo Federal no passado foi aplaudida por todo o Brasil, o Governador Beto Richa quando fez o mesmo naquilo que competia ao Estado foi motivo de aplausos em todo o Paraná, a diminuição da carga tributária é uma luta de todos os empresário deste Brasil, mas Eita Cascavelão, quando o Prefeito Municipal para evitar um aumento ainda maior na tarifa da passagem do transporte público, diminui, abre mão e diminui um imposto municipal, aqui não é bom, meu parceiro, Vereador da minha quase cidade Natal Catanduvas, lá em Catanduvas seria bom em Cascavel não é bom! para Curitiba é bom, Maringá , Londrina, São Paulo, Rio de Janeiro, Cascavel não é bom! Cascavel é um absurdo, você abrir mão de receita, temos uma decisão judicial que determina que o Município aumente a tarifa para dois reais e setenta, essa tarifa conforme o contrato era para ser aumentada, reajusta em dezembro Vereador Bocasanta, o Prefeito Edgar Bueno não aceitou, discutiu, brigou, as empresas entraram na justiça, o Município resistiu, aí vem sentença judicial determinando ao Município de Cascavel o reajuste, aumente para dois e setenta, todos nós sabemos que por mais briguetos que somos não podemos discordar de uma sentença judicial, e sentença judicial é para se cumprir, ainda assim o Prefeito Edgar Bueno quis discutir ainda mais e buscou um acordo judicial com essas empresas, acordo judicial, e conseguiu segurar em dez centavos o aumento do transporte público. Essa é a realidade, mas para Cascavel você não aumentar o transporte público, não é bom. Então Presidente eu usei a Tribuna só para fazer essa reflexão, obrigado. Presidente - muito bem, Vereador Claudio Gaitero o senhor está com a palavra. Claudio Gaitero - devido ao adiantado da hora senhor Presidente, dispenso a palavra. Presidente - nós que agradecemos Vereador, Vereador João Paulo o senhor está com a palavra. João Paulo - eu também abro mão da palavra. Presidente - muito obrigado Vereador, senhores e senhores agradeço a todos pela presença, senhores Vereadores até a semana que vem, não havendo mais pronunciamento de interesse público encerro a presente Sessão, obrigado a todos. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete

horas e um minuto. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por Kleide Salete Mayer e Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário